



Processo Seletivo para Ingresso no Estágio de Direito da Subseção Judiciária de Gurupi/TO 2017

PROVA – TIPO C

INSTRUÇÕES

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA** e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA **DISCURSIVA** não poderão ser substituídos, portanto não os rasure nem amasse.

2. DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA** e FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA **DISCURSIVA**.

3. Na prova objetiva há 30 questões de múltipla escolha, com quatro opções: A, B, C e D.

4. No CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA**, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.

01	02	03	04
<input type="radio"/>	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> A
<input type="radio"/> B	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> B
<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/>	<input type="radio"/> C
<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/>

5. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.

6. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.

7. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone, celular etc.). Os equipamentos deverão ser desligados e acondicionados em envelopes próprios.

8. Havendo necessidade de ausência da sala, solicite autorização do Fiscal de Sala.

9. Ao terminar as provas, chame o Fiscal de Sala mais próximo, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA** e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA **DISCURSIVA**.

10. A saída do local de prova só poderá ocorrer depois de decorrida **1 (uma) hora** do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará sua exclusão do seletivo.

11. O candidato poderá levar o CADERNO DE PROVA somente depois de transcorridas pelo menos **02 horas** de início da prova.



PROVA OBJETIVA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1 - Sobre contagem de tempo de serviço e o entendimento da Turma Nacional de Uniformização (TNU) dos Juizados Especiais Federais, marque o item correto:

- a) O tempo de gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez não decorrente de acidente de trabalho só pode ser computado como tempo de contribuição ou para fins de carência quando intercalado entre períodos nos quais houve recolhimento de contribuições para a previdência social.
- b) O tempo de gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez não decorrente de acidente de trabalho não pode ser computado como tempo de contribuição ou para fins de carência.
- c) O tempo de gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez não decorrente de acidente de trabalho só pode ser computado como tempo de contribuição ou para fins de carência quando não intercalado entre períodos nos quais houve recolhimento de contribuições para a previdência social.
- d) O tempo de gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez não decorrentes de acidente de trabalho será computado como tempo de contribuição em qualquer situação.

2 - João possui 65 anos de idade em 2017, tendo trabalhado entre 2002 e 2010 como empregado urbano em empresa de contabilidade. Em 2010 João foi assentado no Assentado Terra de todos, passando a ser proprietário de terra com menos de 04 módulos fiscais. João trabalha desde então apenas com membros de sua família e não tem empregados. Na propriedade é produzido alface, arroz e feijão, sendo essa produção usada para sustento da família. Não houve contribuição previdenciária após 2010. Com base na situação acima, marque o item verdadeiro.

- a) No presente caso, João tem direito à aposentadoria como segurado empregado uma vez que o tempo entre 2010 e 2017 deve ser contabilizado como tal.
- b) No presente caso, João deve ser aposentado como segurado especial rural, em que pese não ter 180 contribuições, uma vez que quando fez 60 anos detinha essa qualidade de segurado.
- c) No presente caso, como João não contribuiu entre 2010 e 2017, ele perdeu a qualidade de segurado, não possuindo 180 contribuições para se aposentar.
- d) No presente caso, João poderá ser aposentar no modalidade híbrida devendo serem somadas a contribuições como empregado e o tempo como segurado especial rural, cabendo a ele provar documentalmente junto ao INSS o período trabalhado entre 2010 e 2017, não sendo necessário o pagamento de contribuição.

3 - Maurício trabalhou de forma contínua e sem interrupção durante 10 anos como garimpeiro empregado (período entre 01/2000 e 05/2010). Em 06/2012, ele foi diagnosticado com fibrose pulmonar, doença ocupacional típica de trabalhadores em garimpo. Sobre o período de graça e manutenção da qualidade de segurado, marque a alternativa correta.

- a) No presente caso, período de graça é de 12 meses, não fazendo jus ao benefício de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez uma vez que a doença surgiu após 12 meses do fim de seu vínculo contratual.
- b) No presente caso, período de graça é de 24 meses, não fazendo jus ao benefício de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez uma vez que a doença surgiu após 24 meses do fim de seu vínculo contratual.
- c) O período de graça é automaticamente de 36 meses, fazendo jus ao pagamento do benefício de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez.
- d) O período de graça é 24 meses, e Maurício faz jus ao recebimento do benefício de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, tendo mantido a qualidade de segurado até 07/2012.

DIREITO TRIBUTÁRIO

4 - A OAB adquiriu terreno urbano e no local construiu unicamente clube recreativo para advogados. Com base no que diz a constituição, marque a alternativa correta:

- a) No caso apresentado o clube tem isenção ao pagamento de IPTU.
- b) No caso em tela, o clube possui imunidade.
- c) O clube está sujeito ao pagamento de IPTU.



d) Haverá o pagamento de ITU, mesmo após a construção estar pronta em vista da destinação da área.

5 - O governo federal pretende realizar aumento de alíquota de Imposto de Renda (Art. 153, III) da CF/1988, sob a alegação de necessidade de se diminuir o déficit fiscal do ano de 2017. Julgue os itens a seguir:

- a) Caso a venha ocorrer, a alíquota majorada de Imposto de Renda poderá ser cobrada ainda no ano de 2017, devendo obedecer apenas a anterioridade nonagesimal (90 dias).
- b) Caso a venha ocorrer, a alíquota majorada de Imposto de Renda poderá ser cobrada ainda no ano de 2017, não devendo obedecer a anterioridade nonagesimal (90 dias).
- c) O imposto de renda somente poderá ser cobrado em 2018, devendo obedecer a anterioridade geral (anual), mas não a nonagesimal (90 dias).
- d) O imposto de renda somente poderá ser cobrado em 2018, devendo obedecer tanto a anterioridade geral (anual), quanto a nonagesimal (90 dias)

6 - Sobre as preferências do crédito tributário, julgue o item incorreto:

- a) Na falência o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais.
- b) Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
- c) O crédito tributário do Distrito Federal prefere ao crédito dos Municípios e os créditos da União preferem sobre ambos.
- d) A extinção da obrigação do falido requer a prova de quitação de todos os tributos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

7 - Assinale a opção que, corretamente, classifica a Constituição Federal em vigor:

- a) Dogmática, promulgada, rígida e analítica.
- b) Rígida, popular, não dogmática e originalista.
- c) Flexível, popular, histórica e formal.
- d) Democrática, formal, semi-flexível e originalista.

8 - Conforme dispõe o art. 109 da CF, compete aos juízes federais processar e julgar, EXCETO:

- a) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- b) As causas em que a União for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, inclusive as de falência e as de acidentes de trabalho.
- c) A disputa sobre direitos indígenas.
- d) Os crimes políticos.

9 - Consoante dispõe a CF/88, ao juiz

- a) é permitido dedicar-se à atividade político-partidária, desde que ele esteja em disponibilidade.
- b) que esteja em disponibilidade é permitido exercer qualquer outro cargo público.
- c) é permitido receber custas em processo judicial, desde que ele esteja em disponibilidade.
- d) é garantida a vitaliciedade, que, no primeiro grau, será adquirida após dois anos de exercício.

10 - A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal podem ser propostas pelo (a):

- a) partido político sem representação no Congresso Nacional.
- b) o Procurador-Geral de Justiça.
- c) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.
- d) a Mesa da Câmara dos Deputados.

11 - Com base no disposto na CF, assinale a opção correta a respeito de controle de constitucionalidade.

- a) Entre os legitimados universais para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade inclui-se o governador de estado, e entre os legitimados especiais inclui-se o presidente da República.
- b) É possível o controle abstrato de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da lei orgânica municipal.
- c) A sanção presidencial a projeto de lei não supre vícios de iniciativa, padecendo de vício formal a lei sancionada, a ser declarado por meio de ação judicial própria.



d) Na apreciação do controle de constitucionalidade em grau de recurso, os autos devem ser remetidos ao relator da Câmara Julgadora do Tribunal, que poderá monocraticamente declarar a inconstitucionalidade da lei.

12 - Sobre o tema Competência Penal da Justiça Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Compete à Justiça Federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.
- b) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados em detrimento das sociedades de economia mista.
- c) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.
- d) Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.

13 - “Adriano Falastrão” foi condenado, em primeira instância, pela prática de crime político. Contra essa sentença condenatória é cabível:

- a) recurso em sentido estrito para o Tribunal de Justiça.
- b) apelação para o Tribunal Regional Federal.
- c) recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso inominado para o Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO ADMINISTRATIVO

14 - Com relação aos princípios que regem a Administração Pública, assinale a opção INCORRETA:

- a) O princípio da eficiência administrativa revela-se quando a atividade estatal obedece à racionalização econômica.
- b) O princípio da segurança jurídica apresenta-se como espécie de limitação ao princípio da legalidade, autorizando, assim, o prazo decadencial de cinco anos para convalidação de todos os atos administrativos que favoreçam o administrado, mesmo quando apresentem vício de legalidade e comprovada má-fé.
- c) Não fere o princípio da publicidade, o ato processual praticado sob sigilo em preservação da segurança da sociedade, ou indispensável à defesa da intimidade.
- d) Em face do princípio da razoabilidade, admite-se o controle da discricionariedade administrativa pela via judicial.

15 - De acordo com a Lei nº 8.666/93, as modalidades de licitação são:

- a) convocação, proposta, intimação e certame.
- b) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- c) anúncio, edital, empreitada e cadastro.
- d) contratação, doação, compra indireta e evento.

16 - Considerando as regras básicas aplicáveis ao Direito Administrativo, marque a alternativa correta sobre a responsabilidade objetiva do Estado.

- a) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- b) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros com dolo.
- c) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros com culpa.
- d) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros só havendo direito de regresso no caso de dolo.



DIREITO PENAL

17 - A respeito da extinção da punibilidade, assinale a opção CORRETA:

- a) A anistia ou *abolitio criminis* é causa extintiva de punibilidade discutida no âmbito do Poder Legislativo.
- b) Graça e indulto somente podem ser concedidos pelo presidente da República, uma vez que tais prerrogativas são insuscetíveis de delegação.
- c) A punibilidade de qualquer crime pode ser extinta por meio de graça e indulto.
- d) O instituto da prescrição atinge a pretensão de punir ou de executar a pena.

18 - Paulo alvejou vítima com um disparo e, embora tenha iniciado a execução do ilícito, não exauriu toda a sua potencialidade lesiva diante da falha da arma de fogo utilizada, tendo empreendido fuga em seguida. A atitude de Paulo configura:

- a) tentativa perfeita ou crime falho, pois a execução foi concluída, mas o crime não se consumou.
- b) arrependimento eficaz, uma vez que ele, após ter esgotado todos os meios de que dispunha, evitou que o resultado acontecesse.
- c) crime impossível por absoluta ineficácia do meio empregado para a realização do crime visado.
- d) tentativa imperfeita, pois ele não conseguiu praticar todos os atos executórios necessários à consumação, por interferência externa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

19 - Ao relatar o inquérito policial, o Delegado de Polícia Federal imputa ao investigado Afandor da Silva o crime de furto qualificado pela fraude, mas o Procurador da República o denuncia por estelionato. Nesta hipótese, é correto o Juiz determinar a remessa dos autos ao Departamento da Polícia Federal para retificação do relatório da polícia?

- a) Não. Os autos do inquérito policial não podem ser alterados, devendo o juiz receber a denúncia para o fim de ser a mesma aditada pelo Procurador da República.
- b) Sim. Há necessidade de consonância entre o relatório policial e a peça inicial proposta pelo Ministério Público Federal para o correto recebimento da denúncia pelo juiz.
- c) Sim. O Magistrado deve retornar os autos à Delegacia da Polícia Federal, sob pena de caracterizar nulidade absoluta de denúncia.
- d) Não. O inquérito policial é peça informativa, sendo desnecessária tal diligência para propositura da ação penal pelo Ministério Público Federal, podendo, portanto, ser alterada a classificação inicialmente proposta.

20 - Sobre nulidades no Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

- a) A ausência de intimação do acusado e do seu defensor acerca da data da audiência realizada no juízo deprecado não gera nulidade, uma vez que é suficiente a intimação da expedição da carta precatória, consoante orientação do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Ao exarar sentença condenatória, o magistrado pode reconhecer a agravante da reincidência, ainda que não tenha sido descrita na denúncia, por inexistir ofensa ao princípio da correlação.
- c) De acordo com o STF, devido ao princípio da não convalidação de atos nulos, irregularidades do inquérito repercutem na ação penal, podendo gerar a nulidade do processo.
- d) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido.

21 - No juizado especial criminal, a suspensão do processo:

- a) proposta antes da resposta do acusado acarreta a nulidade do processo.
- b) poderá ocorrer no caso de infração cometida em concurso formal e material, se a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano.
- c) é incabível em caso de procedência parcial da pretensão punitiva.
- d) aplica-se aos delitos sem violência física sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

DIREITO CIVIL

22 - Em relação à prescrição e decadência, responda de acordo com o Código Civil:

- I. A interrupção da prescrição e da decadência pode ocorrer mais de uma vez no curso do prazo.**
- II. A interrupção do prazo prescricional por um dos credores solidários aproveita aos outros.**



III. A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- d) Apenas a assertiva III é verdadeira.

23 - Sobre as obrigações de dar, assinale a alternativa correta:

- a) A obrigação de dar coisa certa sempre abrangerá os acessórios a ela, embora não mencionados.
- b) Até a tradição, pertence ao credor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
- c) Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, sem direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- d) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.

PROCESSUAL CIVIL

24 - Com relação à função jurisdicional (jurisdição e ação), as afirmações abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) A impossibilidade jurídica é uma das condições da ação.
- b) Ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- c) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- d) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e tribunais em todo o território nacional.

25 - Luís move ação em face de autarquia federal. O feito é contestado e, depois, o juiz federal verifica, de ofício, que o lapso prescricional previsto em lei foi ultrapassado, embora nada nos autos refira o assunto. Nesse caso, o juiz:

- a) Deve julgar o processo extinto sem resolução do mérito.
- b) Deve julgar o pedido improcedente, tendo em vista que a prescrição pode ser reconhecida de ofício.
- c) Deve dar às partes oportunidade de manifestação.
- d) Não conhecerá da prescrição, diante da omissão da defesa.

26 - Sobre a competência interna, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) A citação válida torna prevento o juízo e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
- b) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, podendo o autor, contudo, optar pelo foro do domicílio do réu ou de eleição.
- c) Tramitando processo de recuperação judicial na Justiça Estadual, os autos serão remetidos ao juízo federal competente no caso de intervenção de uma determinada empresa pública federal.
- d) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

27 - A respeito dos poderes, deveres e responsabilidades do juiz e dos atos processuais, assinale a opção correta à luz do Código de Processo Civil (CPC).

- a) Não podem ocorrer durante as férias forenses citações, intimações e penhoras, ainda que haja autorização judicial.
- b) Na ausência de preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de cinco dias úteis o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) Pode o magistrado declarar-se suspeito no processo por razões de foro íntimo; contudo, para assim fazer, ele deve externar tais razões.
- d) O terceiro que demonstre interesse jurídico poderá requerer ao juiz certidão de inteiro teor da sentença, no caso de processo que tramite sob segredo de justiça.



28 - Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações, referentes ao juiz, aos auxiliares da justiça e às nulidades, nos termos do Código de Processo Civil de 2015.

() A nulidade decorrente da ausência de intervenção do Ministério Público nos processos em que deveria atuar somente pode ser decretada após a manifestação do membro do Ministério Público sobre a existência ou inexistência de prejuízo.

() Ao pronunciar a nulidade dos atos, o juiz mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta, mesmo quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade.

() Havendo forma prescrita em lei, se realizado de outro modo, o ato será considerado válido pelo juiz se lhe alcançar a finalidade.

() O juiz dirigirá o processo incumbindo-lhe prevenir ou reprimir qualquer ato atentatório à dignidade da justiça e deferir todas as postulações das partes.

() Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V – F – V – V – F.

b) F – V – V – V – F.

c) V – F – F – V – V.

d) V – F – V – F – V.

29 - “Prazos são intervalos de tempo estabelecidos para que, dentro deles, sejam praticados atos jurídicos. Sendo processual a natureza do ato, ter-se-á um prazo processual”. (CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro, São Paulo: Atlas, 2015, p. 137).

Acerca do tema, assinale a alternativa correta:

a) Contam-se os prazos incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.

b) Os prazos fixados em meses não são contínuos, suspendendo-se nos dias em que não haja expediente forense.

c) Prazos impróprios são aqueles cujo decurso não acarreta a perda da possibilidade de praticar o ato.

d) O prazo judicial é fixado em lei.

30 - A respeito das disposições do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e da Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009), julgue a Verdade (V) ou Falsidade (F) dos itens a seguir, e assinale a alternativa com a sequência correta:

I- Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

II- O juiz, ao despachar a inicial, determinará que o coator preste informações no prazo de 5 (cinco) dias.

III- Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra Município que não constitua capital do Estado e cujo proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 500 (quinhentos) salários-mínimos.

IV- Não fazem coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

a) I - V, II - F, III - F, IV - V.

b) I - F, II - F, III - F, IV - V.

c) I - V, II - F, III - F, IV - F.

d) I - F, II - V, III - F, IV - F.



PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **40 (quarenta) linhas** será desconsiderado.
- É vedada qualquer identificação na folha de texto definitivo, pois não será avaliado o texto que apresentar qualquer assinatura ou marca identificadora.

Afirma o art. 2º da CF/88 que são independentes e harmônicos entre si, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Já se faz algum tempo que vemos o Poder Judiciário, em especial o STF, ser chamado a decidir diante de situações onde o Poder Legislativo encontra-se paralisado, ou seja, não consegue colocar em votação questões sociais de grande importância, em especial devido a lobbys políticos. Tal situação ocorreu, por exemplo, nas discussões sobre a possibilidade de casamento gay, aborto de feto anencefálico, definição sobre a quem pertence as vagas dos cargos ocupados por eleições proporcionais e limites sobre a criação e municípios.

Em vista desse cenário de aumento gradual da participação do judiciário na vida política atual, de paralisia do Poder Legislativo e o mencionado disposto no art. 2º da Constituição Federal, deve o candidato **discorrer sobre as atribuições e limites do Poder Judiciário**, devendo necessariamente abordar os seguintes temas:

- 1. Judicialização da política;**
- 2. Ativismo judicial;**
- 3. Função contra majoritária do Poder Judiciário;**
- 4. Limites da capacidade institucional do Poder Judiciário; e**
- 5. Déficit democrático.**

Não é necessário que o candidato discorra na ordem acima mencionada, sendo imperioso que a dissertação tenha a devida concatenação e não devendo se limitar a apresentar conceituações soltas.



RASCUNHO

Blank lined area for writing the answer.

